

PORTARIA Nº 67/2024 – LOTTOPAR

Estabelece as regras mínimas aplicadas ao operador de aposta de quota fixa licenciado pela Loteria do Estado do Paraná, nas funcionalidades da operação virtual.

O DIRETOR PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ - LOTTOPAR, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 13 do Regulamento da Loteria do Estado do Paraná, aprovado no Decreto nº 10.843 de 26 de abril de 2022, fundamentado na Lei nº 20.945 de 20 de dezembro de 2021, **considerando**:

- a) que conforme art. 3º da Lei nº 20.945/2021 incumbe à Lottopar a competência para exploração, administração e fiscalização do serviço público de loterias no Estado do Paraná;
- b) o disposto no Decreto Estadual nº 2434/2023;
- c) que o Decreto Estadual nº 10.843, de 26 de abril de 2022 aprova o Regulamento da Loteria do Estado do Paraná, o qual estabelece o quadro regulatório da atividade de jogos, em suas diversas modalidades, que se desenvolve no âmbito do Estado do Paraná, com o objetivo de garantir a proteção da ordem pública, combater a fraude, prevenir comportamentos aditivos, proteger os direitos dos menores e salvaguardar os direitos dos usuários;
- d) que a Lottopar deve estabelecer os procedimentos que permitam aferir os dados dos registros de usuários com aqueles que constam nas listas de interdições de acesso ao jogo, bem como os meios que permitam aos operadores verificar a maioria dos participantes com o número do documento nacional de identidade.
- e) o necessário controle das atividades de jogo lotérico por meio de sua monitoração e supervisão, estabelecendo os requisitos técnicos que os operadores devem adotar para o correto desempenho dessas funções;
- f) que a definição dos requisitos técnicos e das especificações necessárias para o funcionamento das atividades lotéricas no Estado do Paraná são de responsabilidade da Lottopar.
- g) o artigo 10, inciso VII do Decreto Estadual nº 2434 de 7 de junho de 2023, que atribui ao operador lotérico o dever de utilizar ferramentas de geolocalização e/ou cercas georreferenciadas para identificar a origem das apostas;
- h) os termos e atribuições conferidos pelas Leis Federais 13.756 de 2018, 14.790 de 2023, 13.709 de 2018 e 9.613 de 1998;

RESOLVE

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Estabelecer as regras mínimas aplicadas ao portal *web* do operador de aposta de quota fixa pela Loteria do Estado do Paraná, bem como as demais funcionalidades da operação virtual.

CAPÍTULO II DO DOMÍNIO DO OPERADOR

Art. 2º Para a comercialização e desenvolvimento de atividades de jogos por meio de *sites*, os operadores devem implantar um *site* específico com um nome de domínio terminado, preferencialmente, em “.br”, para o qual todas as conexões realizadas a partir do Estado do Paraná devem ser direcionadas, nos moldes estabelecidos em Edital e seus anexos, bem como ao Decreto Estadual nº 2434/2023.

§1º Todas as transações e atividades devem ocorrer no domínio informado à Lottopar, o qual constará na lista de operadores licenciados divulgada no *site* oficial da Loteria do Estado do Paraná.

§2º É permitido apenas um *site* por operador concessionário.

§3º O operador deve comunicar oficialmente à Lottopar o nome de domínio e as informações relevantes do *site* que utiliza para o desenvolvimento de sua atividade, bem como quaisquer alterações referentes a elas.

§4º É permitida a alteração de domínio pelo operador concessionário, devendo informar a Lottopar no período de 30 (trinta) dias de antecedência.

§5º É proibido gerar tráfego para uma página que contenha redirecionamentos para domínios ou subdomínios não autorizados.

§6º O operador concessionário não poderá comercializar produtos ou serviços não autorizados pela Lottopar.

Art. 3º O operador de aposta de quota fixa deve estabelecer sistemas, mecanismos ou acordos que garantam que todas as atividades de jogo realizadas a partir do Estado do Paraná sejam atendidas pelo *site* do operador, informado à Lottopar.

§1º O operador deve garantir que todas as conexões realizadas a partir do território paranaense, que inicialmente foram direcionadas a *sites* com domínio diferente, que sejam de propriedade ou controle do operador, sua matriz ou suas subsidiárias, sejam redirecionadas ao *site* específico do operador, assim como informado à Lottopar.

§2º O operador não poderá disponibilizar *site* alternativo, com o mesmo objeto, sob pena de rescisão do contrato de concessão

CAPÍTULO III DO *SITE* DO OPERADOR

Art. 4º O *site* do operador deverá conter elementos para garantir a transparência, informação adequada e proteção do usuário. Esses elementos podem variar por operador, porém todos os operadores licenciados no Estado do Paraná devem apresentar, no mínimo, as seguintes funcionalidades e informações:

- I. Informações da Empresa: informações claras sobre a empresa que opera o *site*, incluindo seu nome, endereço das lojas físicas no Estado do Paraná, informações de contato, detalhes de registro comercial.
- II. Termos e Condições: os termos e condições detalhados do uso do *site* e dos serviços oferecidos devem ser facilmente localizáveis. Isso inclui informações sobre regras de apostas, eventuais prêmios, depósitos, saques, limites, políticas de privacidade e quaisquer outras diretrizes relevantes.
- III. Política de Privacidade: informação clara sobre como os dados pessoais dos usuários serão coletados, armazenados e usados, transmitindo confiança aos usuários em relação ao respeito a privacidade e política de preservação de suas informações.
- IV. Licenciamento e Regulamentação: informações claras e visíveis sobre as licenças e regulamentações pelas quais o operador está autorizado a oferecer serviços de apostas. Ainda, o *site* deve apresentar a marca de *site* autorizado pela Lottopar, aplicado conforme manual disponível no endereço <https://www.loteriasdoparana.pr.gov.br>, assegurando ao usuário tratar-se de operador que respeita as normas estabelecidas.
- V. Política de Jogo Responsável: deve haver informações sobre práticas de jogo responsável, jogo saudável, incluindo limites de apostas, autoexclusão, ajuda para problemas de jogo e *links* para entidades e organizações de apoio especializado.
- VI. Opções de Pagamento e Retirada: os métodos de pagamento e retirada disponíveis

para os usuários devem ser esclarecidos detalhadamente, incluindo informações sobre limites e prazos.

- VII. Suporte ao Cliente: informações de fácil visibilidade sobre como entrar em contato com o suporte ao cliente, por *e-mail*, *chat* ao vivo ou telefone. O suporte ao cliente deve estar estruturado por áreas de atendimento: suporte sobre meios de pagamentos; suporte sobre questões técnicas; suporte a produtos ou serviços específicos. O suporte referente aos meios de pagamento deverá direcionar o cliente para o SAC da empresa responsável em operar os meios de pagamento.
- VIII. Instruções de Uso: instruções claras sobre como se registrar, fazer apostas, depositar e retirar fundos devem estar disponíveis para orientar os usuários.
- IX. Informações sobre proibição do jogo por Menores de Idade: deve estar claro que o jogo é restrito a maiores de 18 (dezoito) anos e informações sobre medidas de proteção para evitar o acesso de menores ao *site* devem ser fornecidas.
- X. Política de *Cookies*: se o *site* utiliza *cookies* para rastreamento e análise, uma política de *cookies* detalhada deve ser disponibilizada.
- XI. Promoções e Bônus: se oferecidos, detalhes sobre promoções, bônus e programas de fidelidade devem ser fornecidos, incluindo os termos e requisitos associados.
- XII. Disponibilizar o link do SAC do operador.
- XIII. Disponibilizar o link da ouvidoria da Lottopar.
- XIV. Disponibilizar o Canal de Autoexclusão

CAPÍTULO IV DA IDENTIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 5º A participação nos jogos regulamentados pela Lottopar requer o prévio cadastro e a devida identificação dos usuários.

Parágrafo único. A realização de apostas digitais/*online* requer o prévio cadastro e a devida identificação dos usuários.

Art. 6º Cabe aos operadores lotéricos estabelecer os sistemas e mecanismos que facilitem e permitam a identificação dos usuários nos jogos que organizam, condicionada à integração com o sistema de gestão e meios de pagamento disponibilizado pela Lottopar.

Parágrafo único. Será permitido o cadastro de usuário por meio de suas plataformas de mídia social ou conta de *e-mail*, desde que preencha o cadastro de forma integral.

Art. 7º A identificação do usuário é condição indispensável para a realização da aposta.

Art. 8º A identificação do usuário será feita por meio de um registro de usuário ativo único por operador, onde serão registrados, no mínimo:

- a) Nome completo;
- b) Celular com DDD;
- c) E-mail;
- d) CPF;
- e) Data de nascimento;

§1º Obrigatoriamente deverá constar a localização do usuário no momento de cadastro, devendo o usuário permitir o acesso à sua localização. Caso o usuário não permita o acesso à localização, não será permitido o acesso ao cadastro.

§2º Após o aceite do usuário sobre a localização, deverá ser exibido um formulário de cadastro contendo minimamente as informações dispostas ao artigo 8º, *caput*.

§3º Os dados do usuário deverão ser validados junto ao sistema vinculado aos órgãos governamentais para certificação. Caso exista alguma divergência, o sistema automaticamente deverá solicitar a revisão dos dados pelo usuário, permitindo a conclusão somente com todos os dados inseridos corretamente.

§4º Utilizar sistema que valide junto aos órgãos governamentais os dados a serem verificados e sejam inseridos como constam nos documentos utilizados para a identificação do requerente. Para isso, o operador deve adotar as medidas necessárias para que o solicitante esteja ciente dessa circunstância e insira corretamente os dados que serão objeto de verificação.

§5º Após a consulta se os dados coincidirem com os do sistema vinculado aos órgãos governamentais, o operador receberá uma resposta positiva e os dados serão considerados validados.

§6º Nos casos em que os dados consultados não coincidam com o cadastro do sistema vinculado aos órgãos governamentais, o sistema fornecerá uma resposta negativa e, para o operador, os dados serão considerados não validados. Após uma primeira negativa, serão possíveis outras duas tentativas de validação de dados vinculados a um mesmo número de CPF.

§7º Superados os números de tentativas descritas no §6º, o operador não poderá realizar nova tentativa de validação do número de CPF em período inferior à 24 (vinte e quatro) horas.

§8º O operador registrará e conservará todas as consultas realizadas ao sistema vinculado aos órgãos governamentais, registrando a data, hora e minuto da consulta.

§9º A confirmação do endereço de *e-mail* deverá ser realizada por envio de código de validação no endereço informado pelo usuário, preferencialmente no primeiro saque.

§10º O operador deverá informar ao usuário, que os dados coletados serão compartilhados e/ou encaminhados para a plataforma de gestão e meio de pagamento da Lottopar.

Art. 9º Na efetivação do cadastro, o sistema do operador lotérico deverá gravar a localização e IP – *Internet Protocol*, reportando as informações para a plataforma de gestão e meio de pagamento da Lottopar.

Art. 10 O operador deve estabelecer procedimentos e mecanismos que garantam a impossibilidade de existência de mais de um registro ativo por usuário.

Parágrafo único. Caso o operador identifique a existência de mais de um registro de conta por um mesmo usuário, deverá realizar o bloqueio imediato de todas as contas, bem como de apostas, bônus e depósitos, até que seja verificada a situação.

Art. 11 A abertura de um registro de usuário será iniciada através da correspondente solicitação de registro, na forma e por meio do sistema determinado pelo operador do jogo.

Parágrafo único. A solicitação de registro deve ser gravada nos registros do operador e transmitida para a plataforma de gestão e meio de pagamento da Lottopar.

Art. 12 No procedimento de solicitação de registro por parte de um novo usuário em *sites* de apostas de quota fixa, o solicitante deve fornecer os dados mencionados no art. 8º desta Portaria, bem como quaisquer outros dados exigidos pelo operador e considerados indispensáveis para verificar sua identidade.

Art. 13 No procedimento de solicitação de registro por um novo usuário em *sites* de apostas de quota fixa, o solicitante deve ser informado quanto às proibições descritas no art. 28 desta Portaria.

§1º Deve existir no *site* do cadastro um campo ou documento para manifestação de ciência quanto a tais proibições, bem como confirmação de não se enquadrar nas vedações previstas no art. 28 desta portaria.

§2º Essa declaração deve ser mantida pelo operador no cadastro do usuário.

§3º Fica proibida a cessão de *login* e senha entre usuários, sob pena de banimento.

Art. 14 O operador é responsável pela correta identificação dos usuários nos jogos que organizam ou desenvolvem.

Art. 15 Caso seja identificado que o usuário forneceu informações falsas ou inconsistentes, o operador deverá encerrar ou bloquear a conta desse usuário, bem como anular apostas e bônus, retornando, se houver, o depósito para a conta de origem descontando a multa de 4% sobre o saldo existente na carteira virtual.

Art. 16 O operador deverá realizar anualmente procedimento de atualização cadastral de seus usuários.

Parágrafo único. É vedado ao operador confiscar ou reter o dinheiro do usuário que não revalidar suas informações cadastrais.

Art. 17 Deverá ser exigida nova autenticação da conta após 30 (trinta) minutos de inatividade na conta do usuário.

CAPÍTULO V DA CONTA VIRTUAL DO USUÁRIO

Art. 18 A conta virtual do usuário e o aplicativo de apostas deverão propiciar aos usuários a utilização dos serviços virtuais daquele operador.

Art. 19 A conta virtual é onde os fundos do usuário são mantidos para fins de apostas e transações relacionadas. Para garantir uma experiência segura e transparente para os usuários, a conta virtual deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Saldo Atual: Deve ser exibido o saldo atual disponível na conta do usuário, permitindo que ele veja quanto dinheiro tem disponível para realizar apostas.
- II. Histórico de Transações: um registro detalhado das transações anteriores, incluindo depósitos, saques, ganhos e perdas deve estar disponível para consulta, bem como o código Lottopar. Isso permite que o usuário rastreie suas atividades financeiras e mantenha controle sobre suas transações.
- III. Depósitos e Retiradas: deve ser possível depositar fundos na conta virtual e realizar saques. As opções de pagamento e os procedimentos para depósito e retirada devem ser claramente esclarecidos.
- IV. Bônus e Promoções: se o *site* de apostas oferecer bônus ou promoções, os detalhes

sobre bônus creditados na carteira virtual do usuário devem ser exibidos, incluindo informações sobre os requisitos de apostas associados ao bônus.

- V. Histórico de Apostas: um registro das apostas feitas pelo usuário, incluindo detalhes como tipo de aposta, valor apostado, resultado e potencial ganho deve estar disponível para consulta.
- VI. Histórico de Atendimentos: um registro detalhado de todos os atendimentos solicitados no suporte ao cliente, incluindo detalhes sobre o número do protocolo, data e horário de atendimento, informação sobre a solicitação, data e horário de conclusão do atendimento e a resolução do atendimento.
- VII. Histórico de Autoexclusão: um registro detalhado das solicitações de autoexclusão, incluindo detalhes sobre data e horário da solicitação de autoexclusão, data e horário que foi efetivada a autoexclusão, qual o canal de atendimento, contagem de prazo desde o pedido da autoexclusão.
- VIII. Limites de Jogo: oferecer opções de autocontrole, como limites de depósito diário, semanal e mensal; limite de tempo para pausa no jogo, autoexclusão. Essas configurações devem ser facilmente acessíveis e modificáveis na conta virtual do usuário.
- IX. Detalhes da Conta: informações sobre a conta do usuário, como nome de usuário, informações de contato e configurações de privacidade devem estar acessíveis para edição.

Art. 20 A conta virtual deve ser protegida com medidas de segurança robustas, para garantir a integridade e a privacidade das informações do usuário.

Art. 21 Os fundos que os usuários têm na sua conta virtual, são fundos confiados que devem estar disponíveis em uma conta livre de compensação e devem estar separados dos fundos dos Operadores. Eles não podem ser utilizados para cobrir reivindicações de terceiros contra o Operador.

CAPÍTULO VI DA CARTEIRA VIRTUAL

Art. 22 Para a efetivação de depósito pelo usuário, é obrigatório que seja verificado se o método de pagamento escolhido é da mesma titularidade da conta do usuário.

Parágrafo único. O operador não poderá aceitar método de pagamento que não seja de

8|16

titularidade do usuário e que não esteja habilitado na Plataforma da Lottopar.

Art. 23 O operador poderá efetuar cobrança de taxa de 4% quando o usuário solicitar retirada do seu fundo sem que tenha realizado pelo menos uma aposta.

Parágrafo único. Deverá o operador informar no momento do cadastro a possibilidade da cobrança que se refere o caput do artigo.

CAPÍTULO VII DO CONTROLE DE PROIBIÇÕES

Art. 24 É proibida a realização de apostas por:

- I. Menor de 18 (dezoito) anos de idade.
- II. Pessoas legalmente incapazes.
- III. Pessoas jurídicas.
- IV. Pessoas autoexcluídas.
- V. Pessoa que tenha ou possa ter acesso aos sistemas informatizados de loteria de apostas de quota fixa do operador lotérico concessionário.
- VI. Proprietário, administrador, diretor, pessoa com influência significativa, gerente ou funcionário do operador lotérico que possua acesso privilegiado ao sistema.
- VII. Agente público com atribuições diretamente relacionadas à regulação, ao controle e à fiscalização da atividade no nível estadual.
- VIII. Pessoa que tenha ou possa ter qualquer influência no resultado de evento real de temática esportiva objeto da loteria de Aposta de Quota Fixa, incluindo:
 - a. atleta participante de competições organizadas pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Esporte;
 - b. pessoas que exerçam cargos de dirigentes desportivos, técnicos desportivos, treinadores, praticantes desportivos profissionais;
 - c. árbitro de modalidade desportiva, assistente de árbitro de modalidade desportiva, ou equivalente, empresário desportivo, agente ou procurador de atletas e de técnicos, técnico ou membro de comissão técnica;
 - d. membro de órgão de administração ou fiscalização de entidade de administração de organizadora de competição ou prova desportiva; e
 - e. responsável por entidade organizadora de competição ou prova desportiva.
- IX. Pessoa diagnosticada com ludopatia, por laudo de profissional de saúde mental habilitado.

§ 1º As vedações previstas nos incisos IV ao VIII deste artigo se estendem aos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta e colateral, até o segundo grau, inclusive, das pessoas impedidas de participar, direta ou indiretamente, na condição de usuário.

§ 2º São nulas de pleno direito as apostas realizadas em desacordo com o previsto neste artigo.

§ 3º Os impedimentos de que trata este artigo serão informados pelos operadores lotéricos, de forma destacada, nos canais físicos ou virtuais de comercialização de loteria de aposta de quota fixa.

Art. 25 É responsabilidade dos operadores de jogo controlar as proibições referidas no art. 24 desta portaria.

Parágrafo único. Os operadores de jogo devem dispor dos meios que garantam o controle do cumprimento das proibições citadas no art. 24 desta portaria.

Art. 26 Os operadores são responsáveis pela verificação da maioridade dos usuários nos jogos que organizam ou desenvolvem, podendo incorrer, caso ocorra a participação de menores, em infração tipificada na Lei nº 8.069/1990.

CAPÍTULO VIII

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS REGISTROS DE USUÁRIOS

Art. 27 A ativação do registro de usuário requer a verificação prévia dos dados conforme estabelecido no Capítulo IV desta Portaria, bem como a verificação de que o usuário não está inscrito nas listas de autoexcluídos. O operador procederá da seguinte forma:

- i. O usuário cuja identidade não tenha sido validada pelo sistema vinculado a órgãos governamentais não poderá se cadastrar, jogar, fazer depósitos ou retiradas.
- ii. O usuário corretamente identificado por meio do sistema vinculado a órgãos governamentais poderá depositar, participar de jogos e realizar retiradas. A situação deste usuário será considerada como ativa.

Art. 28 O operador deverá suspender o registro de usuário que permaneça inativo por mais de 2 (dois) anos consecutivos.

§1º É caracterizada a inatividade da conta quando o usuário não entrou ou saiu de sua conta e não fez qualquer aposta por 12 (doze) meses consecutivos.

10|16

§2º Caso o usuário tenha fundo em sua carteira virtual, a título de depósito ou prêmio, o operador deverá notificá-lo com antecedência mínima de 2 (dois) meses, sobre a possibilidade de cobrança de taxa mensal, a partir do décimo terceiro mês de inatividade da sua conta.

§3º Caso o usuário não realize o saque do seu fundo, o operador poderá cobrar uma taxa mensal de conta inativa até o esvaziamento dos fundos da conta inativa.

§4º Após a suspensão da conta, o registro de usuário suspenso poderá ser ativado mediante solicitação do usuário.

Art. 29 O operador deverá, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados, adotar mecanismos de segurança sobre os dados e informações dos usuários que forem coletadas, garantindo absoluta confidencialidade.

CAPÍTULO IX DA GEOLOCALIZAÇÃO

Art. 30 Que os operadores de jogos da modalidade “Aposta de Quota Fixa” deverão utilizar, em toda e qualquer aposta realizada em seu sítio eletrônico, ferramenta de geolocalização/georreferência com capacidade de identificar e rastrear a posição geográfica do usuário. O Operador deve acionar:

I. Uma verificação de geolocalização antes da realização da primeira aposta após o login ou após uma alteração do endereço IP.

II. Verificações periódicas e recorrentes de geolocalização antes da realização de apostas da seguinte forma:

- (i) para conexões estáticas, pelo menos a cada vinte minutos ou cinco minutos se estiver dentro de dois quilômetros da fronteira; e
- (ii) para conexões móveis, em intervalos baseados na proximidade do usuário à fronteira com uma velocidade de viagem presumida de cento e quinze quilômetros por hora ou uma velocidade média demonstrada de uma estrada/caminho. Esse intervalo não deverá exceder vinte minutos.

§ 1º Será necessário o consentimento expresso e inequívoco do usuário, devendo lhe ser informado como os dados possam ser utilizados, o tempo de armazenamento dos mesmos e da possibilidade de eventual compartilhamento das informações com órgãos de segurança e de controle, em caso de apuração de irregularidade, tudo conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados.

§ 2º O usuário deve ser informado que a falta do consentimento expresso e inequívoco quanto a utilização da ferramenta será condição impeditiva para a conclusão do cadastro.

§3º A localização do usuário obtida através da ferramenta de geolocalização/georreferência deverá constar no Arquivo de Reporte que será enviado à plataforma de gestão e meio de pagamento da Lottopar, sendo obrigatório constar, preferencialmente, a informação da longitude e latitude ou CEP ou cidade em que se encontra o usuário.

§ 4º O usuário deve ser cientificado que seus dados serão armazenados durante o período de existência de sua conta, bem como, que poderão ser compartilhados com órgãos de segurança e controle em caso de apuração de irregularidades, atendida a legislação vigente.

Art. 31 É expressamente proibida a realização de cadastro, efetivação de apostas ou *cashout* fora dos limites territoriais do Estado do Paraná, inclusive daquelas que estejam utilizando tecnologias de rede cujo objetivo seja ocultar ou camuflar seu endereço IP, devendo o sistema informar que o usuário fica convidado a jogar quando estiver em território paranaense.

Parágrafo Único. Deverão ser implementados mecanismos para detectar software, programas, virtualização e outras tecnologias que possam ocultar ou falsificar a localização física do usuário para fazer apostas.

Art. 32 O sistema do operador de Aposta de Quota Fixa deve submeter o usuário à verificação de localização nas seguintes circunstâncias:

- I - No momento da realização do cadastro inicial do usuário;
- II - Toda vez que houver o login na conta cadastrada;
- III - Toda vez que houver a efetivação de nova aposta, desde que seja ela realizada em período superior a 30 minutos da realização do login ou da última aposta;

§ 1º Se no momento do cadastro inicial do usuário, a verificação pela ferramenta de geolocalização/georreferência apontar que o usuário está fora do limite territorial do Estado do Paraná, ou se não for possível identificar sua localização, o cadastro não deve ser efetivado pelo sistema;

§ 2º Se no momento da realização da aposta pelo usuário, a verificação pela ferramenta de geolocalização/georreferência apontar que o usuário está fora do limite territorial do Estado do Paraná, ou se não for possível identificar sua localização, a aposta não deve ser efetivada pelo sistema;

§ 3º Na ocorrência de qualquer uma das inconsistências descrita nos parágrafos 1º e/ou 2º deste artigo, o usuário deve ser informado instantaneamente pelo sistema.

Art. 33 A localização do usuário obtida através da ferramenta de geolocalização/georreferência deverá constar no Arquivo de Reporte a ser enviado à plataforma de gestão e meio de pagamento da Lottopar, sendo obrigatório constar informação da longitude e latitude ou CEP ou cidade em que se encontra o usuário.

Art. 34 O Sistema de apostas deverá possuir um mecanismo para detectar o uso de software de desktop remoto, *rootkits*, virtualização e/ou quaisquer outros programas com capacidade de contornar a detecção da geolocalização/georreferência.

§ 1º Se no momento da realização do cadastro pelo usuário for constatada a utilização de software ou mecanismo para fraudar, simular ou contornar a detecção da geolocalização/georreferência, o sistema do operador lotérico deve impossibilitar a finalização do cadastro pelo usuário.

§ 2º Se a constatação da utilização de software ou mecanismo para fraudar, simular ou contornar a detecção da geolocalização/georreferência ocorrer no momento do login de usuário anteriormente cadastrado, o sistema do operador lotérico deve impossibilitar a realização do login.

§ 3º Se a constatação da utilização de software ou mecanismo para fraudar, simular ou contornar a detecção da geolocalização/georreferência ocorrer no momento da realização da aposta, esta não deverá ser efetivada pelo sistema.

§ 4º Verificar o endereço de IP de cada conexão de dispositivo de apostas remoto a uma rede, para garantir que uma rede privada virtual (VPN) ou serviço proxy não esteja em uso.

§ 5º Detectar e bloquear dispositivos que indicam violação ao nível do sistema.

§ 6º Impedir ataques do tipo "*man-in-the-middle*" ou técnicas de *hacking* semelhantes e evitar a manipulação de código.

§ 7º Utilizar mecanismos de detecção e bloqueio verificáveis para um nível de aplicativo

§ 8º Ocorrendo qualquer das situações acima descritas, o usuário deve ser informado sobre a constatação de divergência de informação quanto a geolocalização/georreferência identificada pelo sistema e a geolocalização/georreferência informada pelo usuário;

Art. 35 É absolutamente vedada, nos termos do artigo 6º, IX da Lei Geral de Proteção de Dados, a utilização das informações obtidas através da ferramenta de geolocalização/georreferência para fins discriminatórios (geo-pricing e geo-blocking), ilícitos ou abusivos, destacando-se que "*As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;*

CAPÍTULO X DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONCESSIONÁRIO

Art. 36 O Concessionário deverá apresentar à Lottopar, sem prejuízo de outros relatórios ou documentos que venham a ser solicitados:

- a) Relatório dos indicadores Financeiros, Estratégicos e Operacionais. O respectivo relatório deverá ser apresentado de maneira trimestral a partir de 01/07/2024. A partir de 01/07/2025, o relatório deverá ser apresentado mensalmente.
- b) Relatório por jogo operado e consolidado, de acompanhamento financeiro contendo as quantidades e valores de: depósitos, apostas, prêmios apurados, saques, refunds. O respectivo relatório deverá ser apresentado de maneira trimestral a partir de 01/07/2024. A partir de 01/07/2025, o relatório deverá ser apresentado mensalmente.
- c) Relatório do cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, quanto aos seus empregados. O respectivo relatório deverá ser apresentado de maneira trimestral a partir de 01/07/2024. A partir de 01/07/2025, o relatório deverá ser apresentado mensalmente.
- d) Relatório trimestral relatando as reclamações apresentadas, as respostas dadas ao usuário e as providências adotadas.
- e) Relatório trimestral das demonstrações financeiras completas correspondentes ao trimestre anterior.
- f) Balancete contábil, semestral, da captação das receitas extraordinárias.
- g) Relatório físico-financeiro, semestral, das campanhas de conscientização realizadas com o recurso proveniente das receitas extraordinárias.
- h) Relatório anual dos ensaios de segurança da Solução de Software.
- i) Certificado de Registro Cadastral junto à Gestão de Materiais e Serviços (GMS) do Estado do Paraná.

§1º O Concessionário deverá observar minimamente a planilha (anexo I) para envio das informações.

§2º O prazo para entrega dos relatórios de jogos é até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao período exigido. O prazo para entrega da Prestação de Contas Anual é até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente.

§3º Todos os custos advindos da auditoria prestada por empresa independente de que trata os itens anteriores serão suportados pelo Concessionário.

§4º A não apresentação de qualquer Prestação de Contas e das Demonstrações Financeiras Anuais completas, de que trata este capítulo, ou a sua prestação intempestiva, sujeitará o Concessionário, respeitado o devido processo legal, às penalidades previstas neste Termo, no Contrato e na legislação pertinente.

§5º O resultado da análise da prestação de contas anual será comunicado ao Concessionário por meio de ofício da Lottopar, que poderá exigir, ainda, complementações ou esclarecimentos.

§6º No caso de reprovação das contas apresentadas pelo Concessionário, será aberto processo administrativo, nos termos de portaria expedida pela Lottopar.

§7º O processo de prestação de contas será considerado concluído quando devidamente homologado pela Lottopar.

§8º Sempre que acionada por Órgãos de Controle Externo, a Lottopar poderá, a qualquer tempo, solicitar aos CONCESSIONÁRIOS informações adicionais não constantes nos relatórios, bem como poderá rever seus atos de aprovação referentes à prestação de contas.

§9º Disponibilizar sempre que solicitado pela Lottopar os dados de seus sócios, gestores, administradores, contratados ou subcontratados e funcionários envolvidos em sua operação, bem como outras informações pertinentes.

CAPÍTULO XI DO PAGAMENTO

Art. 37 O Concessionário recolherá trimestralmente, a partir de 01/07/2024, até o 5º dia útil do mês, à título de royalties, o valor correspondente aos percentuais previstos no inciso IV do artigo 9º do Decreto Estadual nº 10.843/2022 ou em norma legal que venha a substituí-lo. A partir de 01/07/2025, o recolhimento dos royalties deverá ser realizado mensalmente.

§1º O Concessionário recolherá semestralmente, até o 5º (quinto) dia útil a contar da aprovação do relatório, à título de receita extraordinária, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido das receitas extraordinárias apuradas.

§2º O Concessionário deverá efetuar a remuneração da Plataforma de Gestão e Meios de Pagamentos da LOTTOPAR, individualmente em cada aposta, no valor de 3% (três por cento) sobre cada depósito e 1% (um por cento) sobre cada saque.

§3º Não haverá cobrança quando ocorrer o rejogo, ou seja, quando o usuário utilizar o saldo disponível em sua carteira virtual para realização de novas apostas.

§4º Os impostos aferidos referentes à operação objeto desta Portaria são de única responsabilidade do Concessionário.

§5º Por tratar-se de remuneração baseada em percentagem do volume de apostas, não haverá reajustes, exceto em caso de alteração da legislação no decorrer do presente contrato.

§6º Anualmente, no aniversário do contrato, deverá ser realizada revisão do valor global da contratação, sendo apurado o valor da arrecadação total correspondente ao exercício imediatamente anterior.

§7º A revisão do valor implica na atualização da garantia de execução do contrato.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 O descumprimento desta portaria sujeita os operadores às sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

Art. 39 Esta Portaria entra em vigor em 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 40 Revoga-se a Portaria 07/2024.

Publique-se,
Cumpra-se.

Curitiba, 23 de julho de 2024.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente



ePROCOLO



Documento: **Portaria067.2024RegulamentacaoAQF.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Daniel Romanowski (XXX.792.089-XX)** em 24/07/2024 11:22 Local: LOTTOPAR/DP.

Inserido ao protocolo **20.959.987-2** por: **Stefanny Priscila Fernandes** em: 24/07/2024 11:21.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
915ad0f30b97d184546b2337347dcd01.